

Vilas Produtivas Rurais e “Terra do Governo”: reassentamento de famílias rurais atingidas por obras da transposição do rio São Francisco¹

Verena Sevá Nogueira (UFCG/ Paraíba, Brasil)

Resumo

O projeto de transposição do rio São Francisco é uma obra pública do governo federal brasileiro que tem como objetivo o desvio das águas do rio São Francisco para o abastecimento de municípios carentes de recursos hídricos da região semiárida brasileira. As obras desse projeto, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, tiveram início em 2007 e, alguns anos depois, provocaram a desapropriação de uma população distribuída ao longo da área a ser inundada. Parte desta população, majoritariamente proveniente de áreas rurais, foi posteriormente reassentada numa das 18 Vilas Produtivas Rurais construídas pelo governo.

No município de São José de Piranhas, PB, *locus* empírico de uma pesquisa iniciada em 2014, mais de 200 famílias foram expropriadas de seus Sítios e reassentadas numa das 4 Vilas erigidas neste município. Sujeitas de um clássico processo de territorialização, essas famílias passaram a conviver com um novo e regrado território formado por lotes residenciais, lotes de trabalho e áreas de uso comum e de preservação ambiental. Nas cercanias das Vilas, limitando-as fisicamente, foram demarcadas e tituladas parcelas de terra em nome da União, destinadas a funcionar como área de segurança no entorno de uma grande barragem ali construída, e como áreas a serem inundadas ao final das obras. Nessas parcelas de terra da União, localmente chamadas “Terras do Governo”, algumas famílias reassentadas nas Vilas vêm mantendo reses que trouxeram dos antigos Sítios, assim como, forasteiros as têm utilizado para colocar seus rebanhos.

Esta comunicação propõe uma reflexão sobre as territorialidades das famílias reassentadas numa das quatro Vilas construídas em São José de Piranhas, a Vila Produtiva Rural Cacaré. São analisados processos de construção do novo território ou espaço de vida dessas famílias, conformado pela combinação de memórias, técnicas e saberes trazidos de seus Sítios, com as novas regras territoriais ditadas pelo Estado para moradia

¹ Trabalho apresentado na 31 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

e trabalho nas Vilas Produtivas Rurais. Também são consideradas as territorialidades que se expandem para fora dos limites das Vilas, adentrando nas “Terras do Governo”.

Palavras-chaves: Obras Públicas. Campesinato. Reassentamento.

Introdução

O projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas da região nordeste brasileira é uma ideia antiga, remontando às primeiras décadas do século XIX, de quando se tem um primeiro registro documental, de autoria do padre carmelita João de Santa Rosa, enviado ao monarca D. João VI do Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil, recomendando a seu filho D. Pedro I, a realização de um estudo sobre a possibilidade da obra (LIMA, 2005). Contudo, foi somente no início da segunda metade do século XIX, ainda durante o Império, que nasce a ideia oficial de transpor e integrar o rio São Francisco com rios do Nordeste. A Comissão Científica de Exploração chefiada pelo engenheiro e físico brasileiro Guilherme Schuch de Capanema, o barão de Capanema, propõe a construção de açudes e a integração do rio São Francisco com os rios do Nordeste setentrional. Porém, uma proposta que resultou apenas na construção do primeiro açude no Ceará, o de Quixadá.

Desde o século XIX, e ao longo do século XX, a ideia do rio São Francisco como um “rio de união nacional” figura no imaginário social brasileiro. Em 1958 o engenheiro Mário Ferracuti publica na revista “O Cruzeiro” seu projeto de construção de uma barragem para represamento das águas do rio São Francisco nas proximidades de Cabrobó, PE, com a finalidade bombear água para os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Mais tarde, no início da década de 1980, a ideia de transpor as águas do São Francisco reaparece na cena governamental como “salvação” para a seca nordestina, mas novamente não avança para além do Plano de Irrigação do semiárido, no âmbito do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

No início dos anos 1990, o então ministro do governo Itamar Franco, o ex-governador do Rio Grande do Norte Aluísio Alves, resgata a discussão sobre a transposição, mas o Tribunal de Contas da União não aprova o projeto. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1994, é redesenhado a versão do projeto de Aluísio Alves, sendo nele incluído o estado da Paraíba como receptor das águas

transpostas. Projeto que volta a ser discutido no segundo mandato de Fernando Henrique, mas é abandonado.

No início do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2004, são retomadas as discussões sobre o projeto da transposição e, em meio a muito alarde e polêmicas no campo econômico, político e ambiental, o mesmo é finalmente aprovado no ano seguinte, pelo Conselho de Recursos Hídricos. Ato contínuo, em 2006 o IBAMA concede ao Ministério da Integração Nacional licença prévia para o início do projeto, que é incorporado ao Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) e, em 2007, é finalmente expedida a licença para a instalação do projeto.

O projeto de transposição e integração das bacias do rio São Francisco como rios do Nordeste Setentrional² é uma obra pública do governo federal brasileiro, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional que, tem como objetivo o desvio das águas do rio São Francisco para o abastecimento de municípios carentes de recursos hídricos da região semiárida brasileira. As obras tiveram início em 2007, estando agora em sua fase final de implantação. Uma grande obra pública que atravessa quatro estados da federação: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, provocando mudanças sócio territoriais de uma magnitude ímpar, que atingem populações e seus territórios.

Para além dos aspectos de cunho econômico e ambiental destacados nas discussões sobre os efeitos e consequências das grandes obras públicas³, o foco da reflexão a seguir recai mais especificamente nos impactos sociais sofridos pelas populações atingidas, especialmente por uma camada subalterna da sociedade rural sertaneja, como as famílias camponesas (GONÇALVES, 2014, NOGUEIRA, 2017, NASCIMENTO, 2017,) e os grupos indígenas (CAMARGO, 2017), historicamente menosprezada nos projetos de desenvolvimento econômico, os quais costumam justificar os perversos “efeitos sociais” sofridos pelas populações impactadas como o preço que devem arcar em prol de um desenvolvimento social e econômico mais amplo (SIGAUD, 1988).

Nesse debate, proponho-me refletir especificamente sobre os efeitos socioterritoriais da desapropriação, e posterior reassentamento de famílias de sítiantes do município paraibano de São José de Piranhas, em razão das obras da transposição do rio São Francisco.

² Ou simplesmente “Projeto de transposição do rio São Francisco”.

³ Sobre esse tema ver: IPEA, 2010.

II. De Sitiantes a desapropriados

Entre os anos de 2010 e 2013 mais de 200 famílias de São José de Piranhas foram desapropriadas de suas terras e casas no campo por causa das obras do projeto de transposição do rio São Francisco. Era uma população formada por médios proprietários e pequenos proprietários rurais, e moradores destituídos de terra, que moravam e trabalham na porção oeste do município, próxima à divisa do estado do Ceará.

Era a identidade de sitiantes (moradores de Sítios) que englobava indistintamente esses dois grupos sociais, pequenos proprietários e moradores. Sítio é uma categoria territorial e identitária comum no Nordeste rural brasileiro. A partir de pesquisas realizadas em contextos camponeses nordestinos, Ellen Woortmann distingue três sentidos costumeiramente atribuídos ao vocábulo sítio. Um primeiro se refere ao conjunto casa-quintal, o espaço feminino dentro de uma terra camponesa. Num segundo sentido descreve as parcelas de terra de famílias nucleares, compostas pelos conjuntos casa-quintal e pelos espaços de roça e de mato. Já um terceiro sentido, grafado pela autora com um “S” inicial maiúsculo, nomeia os conjuntos de sítios, no segundo sentido acima exposto (as parcelas familiares), nos quais seus moradores, além de vizinhos estão relacionados por relações de parentesco, formando um “território de parentesco” (WOORTMANN, 1995).

Para a viabilização do processo de desapropriação, o Ministério da Integração Nacional (MIN) contratou uma empresa (Geosolos) que realizou perícia e avaliação das terras, casas e demais benfeitorias, como cercas, poços, lavouras, árvores frutíferas e pequenos açudes. Na sequência, o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DENOCS), órgão do MIN, expediu laudos com os valores a serem pagos aos proprietários das áreas. Saliente-se que nesse processo foram indenizados não apenas os proprietários de terras, mas também famílias que possuíam casa na terra de outra pessoa, em consonância com as práticas tradicionais ou costumeiras de moradia no campo - ainda presentes em muitos contextos rurais brasileiros - enfeixadas sob o que se conhece na literatura sócio antropológica como “sistema de morada”.

Num “sistema de morada” o proprietário cede um pedaço de terra (e algumas vezes também uma casa, se ali houver) para uma família nuclear⁴ fixar morada, ter sua

⁴ A unidade residencial (casa de morada) é costumeiramente o lugar de moradia de uma família nuclear, composto basicamente por um casal, seus filhos solteiros e algum parente eventual.

criação⁵ e plantar uma pequena lavoura. Em troca da morada a família moradora se obriga a trabalhar parte do tempo nas terras do dono da terra. Mas um “sistema de morada” que se configura a partir de uma heterogeneidade de situações empíricas, dentre as quais o sistema que preponderou até os anos 1960 – quando da entrada efetiva dos direitos trabalhistas no campo⁶ - nos engenhos da zona da mata nordestina, tecido em meio a relações pessoais fortemente hierarquizadas entre os senhores de engenho e seus moradores. (PALMEIRA, 1977, GARCIA FILHO, 1983, SIGAUD, 2004; TEIXEIRA, 2014).

O “sistema de morada” que existia nos Sítios desapropriados de São José de Piranhas configurava-se a partir duas variantes: numa primeira situação as famílias de moradores, analogamente ao descrito para a região dos engenhos pernambucanos, moravam e trabalhavam nas terras do dono da terra em troca de um pequeno sítio (lote de terra) para morar e cultivar seu sustento; outra modalidade era a das famílias que embora não possuíssem terra, tinham um *chão de casa*, ou seja, eram donas de uma casa localizada na terra de outrem, normalmente dos pais de um dos cônjuges ou de algum parente próximo⁷ (ALMEIDA, 2017). Um “sistema de morada” que exprimia e mantinha hierarquias entre aqueles que tinham terra e aqueles que dependiam da terra de um vizinho para trabalhar ou até para viver, mas que, por outro lado, estava alicerçado em relações de proximidade sociocultural entre as famílias de moradores e os donos das terras, muitas vezes um parente consanguíneo, por afinidade ou por compadrio.

Uma proximidade, ademais, que guarda relação com vários arranjos sócios territoriais historicamente praticados naquela população. Citemos, a título de exemplo, a prática dos pais concederem a seus filhos, por ocasião do casamento, um lugar em suas terras para fixarem sua nova unidade residencial e constituírem um novo núcleo familiar. Uma estratégia comumente verificada em contextos de campesinato, caracterizados corriqueiramente pela escassez de terras, nos quais os novos casais, por não disporem de terra para fixarem suas novas unidades residenciais, se tornam moradores de seus pais ou de algum parente próximo, ou mesmo de um vizinho, até que obtenham recursos

⁵ Criação é como se conhece o conjunto dos animais criados nas proximidades da casa, como galinhas, patos, porcos e, eventualmente, uma cabra ou uma vaca.

⁶ A extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais gerou a saída de muitos trabalhadores que moravam no interior de grandes e médias fazendas brasileiras. Isso porque as leis tiveram como um de seus efeitos secundários a quebra das relações pessoais necessárias à continuidade das relações de morada. A lei a que me refiro é o Estatuto dos Trabalhadores Rurais (Lei 4214), de 1963.

⁷ O domínio da casa resultava de uma transação de compra e venda ou da construção do imóvel pela família dos moradores.

necessários para a compra de suas próprias terras, transmudando-se em pequenos proprietários rurais.

Por fim, retomando a descrição do processo desapropriatório, passamos a explicitar algumas regras do acordo indenizatório firmado entre as famílias desapropriadas e o Ministério da Integração Nacional necessárias à compreensão do subsequente processo de reassentamento das famílias nas Vilas Produtivas Rurais.

Segundo o acordo indenizatório, no caso em que as famílias eram donas da terra e/ou casa, e a soma do valor da terra e/ou casa, acrescido das benfeitorias, era inferior a 30 mil reais à época do pagamento da indenização, elas puderam optar entre receber a indenização total (terra e/ou casa e benfeitorias) ou receber o valor da terra e benfeitorias, no caso dos proprietários de terra, o valor das benfeitorias, no caso dos moradores, e permutar o valor da casa por uma casa e um lote de trabalho numa das Vilas Produtivas Rurais (Vilas) a serem construídas no município. No caso daqueles que eram moradores sem *chão de casa*, a única opção era o futuro reassentamento na Vila.

Durante o tempo da espera do reassentamento nas Vilas as famílias desapropriadas que optaram por permutar suas casas - a parte majoritária - foram inscritas num Programa de Transferência Temporária (PTT), localmente apelidados de “aluguel”, por meio do qual recebiam o montante de 1,5 salários mínimos por mês para morarem e se manterem fora dos Sítios⁸. Trata-se de um “benefício” a que tiveram acesso depois de uma negociação protagonizada e mediada pelo Sindicato dos Trabalhadores do município.

O gado ficou solto

Após expedido os mandados desapropriatórios, entre os anos 2010 e 2012, o processo de desocupação dos Sítios deu-se em etapas, *de acordo com as necessidades da empresa de fazer as obras*. Num primeiro momento, ainda morando nos Sítios, as famílias foram compelidas a não plantarem nem mais um *pé de planta*, e a retirarem as cercas de arame farpado que continham as poucas cabeças de gado que possuíam. Depois, *quando recebesse o primeiro pagamento*⁹, *tinha que derrubar a casa* e sair do Sítio.

Dos Sítios o destino primeiro das famílias foi variado: alugaram casas ou se mudaram para casa de parentes no campo ou na cidade, mudaram-se para um povoado

⁸ Sobre o processo de transição temporária entre os Sítios e as Vilas, ver NOGUEIRA, 2015.

⁹ Aqui se referiam ao PTT, verba mensal que as famílias recebiam ao permutarem suas casas dos Sítios com as novas que seriam construídas nas Vilas Produtivas Rurais.

próximo (Distrito de Boa Vista)¹⁰ à área desapropriada, ou ainda, foram para a área urbana do município¹¹.

Cheguei a São José de Piranhas como pesquisadora no ano de 2013, momento em que apenas uma família ainda permanecia na área desapropriada¹². Dentre minhas inúmeras perguntas indagava o que as famílias fizeram com o gado depois que tiveram que tirar as cercas e se mudarem do Sítio. Sítiantes me explicaram que [o gado] *tá solto por aí*. Uma representante do sindicato local afirmou que *os grandes proprietários tiraram a cerca e daí a bagunça começou*. As cercas separavam as terras dos grandes proprietários e a dos pequenos, e cercavam o gado para que este não adentrasse nas lavouras.

Um “estar solto” que significa literalmente não estar mais no cercado da família. Mas uma expressão que serve também para descrever várias alternativas para lidar com o gado, como sua venda pelas famílias não tinham mais terra para cria-los, ou como o envio dos animais para cercados (terras) de parentes ou, ainda, a soltura do gado na “terra do governo”.

“Terra do governo” é uma classificação êmica que descreve uma parte da área desapropriada no município conformada por variados espaços: os canteiros de obras, as áreas destinadas à construção das Vilas Produtivas Rurais e, principalmente, a área a ser alagada pelo grande açude que estava sendo construído na época para receber as águas das chuvas e do rio São Francisco, e o seu entorno. Atualmente, parte dessa área é o terreno das Vilas Produtivas Rurais e outra parte foi parcialmente inundada pelas águas de chuva que preencheram o açude de Boa Vista. Outra parte, ainda vazia, continua a ser “terra do governo”.

Embora apareça como uma das alternativas escolhidas pelas famílias desapropriadas para lidarem com o gado, a criação do gado solto não era uma prática até então observada no local, diferentemente de outros contextos rurais brasileiros, onde a criação do gado é feita em terras de uso comunitário, como encontrado nas comunidades

¹⁰ O Distrito de Boa Vista é terra da Igreja, de São João Batista, imerso na área desapropriada, mas que por causa concentração de moradores (antes da chegada dos desapropriados havia cerca de 100 casas construídas lado a lado na única rua que havia no local) e, principalmente por sua condição jurídico-territorial, entendo tenha ficado de fora do processo desapropriatório.

¹¹ Notou-se, inclusive, a construção de várias casas no campo e na cidade, e um aumento considerável no valor dos imóveis no município.

¹² Trata-se de uma família que optou em receber a indenização total e não ir para as Vilas, pois precisava de dinheiro para um tratamento médico da filha em São Paulo. Mais tarde, chegado o momento de sair do Sítio, como família não tinha mais recursos para comprar outra terra, já que gastara tudo com o tratamento da filha, ali permaneceu até quanto pode, saindo de lá apenas quando obteve excepcionalmente o direito ir para uma das Vilas.

de fundo de pasto do sertão da Bahia (CARVALHO, 2016) e nos faxinais do norte do Paraná (BERNO DE ALMEIDA; SOUZA, 2009), para citar alguns dos principais exemplos descritos na literatura brasileira.

Ao perscrutarmos a organização e as práticas sócio territoriais das famílias sitiantes antes da desapropriação verificamos que algumas famílias tinham poucas cabeças de gado que era criado no cercado, dentro da terra familiar, ou em pastos alugados ou emprestados, num rodízio de terra em busca de pastagem durante o período das secas. Depois da saída dos Sítios as famílias que mantiveram algum gado optaram por leva-los para outras terras, normalmente de parentes próximos, ou pela soltura dos animais nas “terras do governo”. Para estas terras também foram trazidos animais de criadores que não foram alvo de processo de desapropriação de terras, mas que viram nessa área “vazia” mais um local para engordarem seu gado. Há situações, inclusive de animais trazidos do Ceará, como é o caso de um grande criador de gado de corte que teve sua propriedade desapropriada na Paraíba, com a indenização comprou uma fazenda no estado vizinho do Ceará, e atualmente utiliza tanto as terras nova propriedade cearense como as “terras do governo” para seu gado.

Um caso interessante foi o de um antigo morador do Sítio Várzea de Antas que ao ser desapropriado vendeu seus animais *muito barato*, porque às pressas, conservando consigo apenas 2 vacas que levou para as terras, ainda não desapropriadas, de um proprietário para quem costumava trabalhar como vaqueiro. Em troca do pasto para suas vacas, passou a cuidar das 9 vacas do dono da terra. Algum tempo depois, essas terras também foram desapropriadas para a construção de uma das Vilas de reassentamento, passando as mesmas à categoria de “terra do governo”. Não obstante, até a finalização da construção da Vila e ocupação pelas famílias reassentadas, esses dois senhores continuaram a criar os animais nessa terra, mantendo inclusive um curral nos limites internos da Vila em construção, configurando o mesmo como uma marcação física do uso de terras públicas por particulares, num sistema criação de gado solto.

III- Agora a gente vive em condomínio (ou de desapropriados em reassentados)

Com a finalização da construção das Vilas, no ano de 2016, houve finalmente o reassentamento de 227 famílias distribuídas numa das 4 Vilas Produtivas Rurais (VPR) do município de São José de Piranhas.

Como já mencionado, o direito ao reassentamento numa das Vilas adveio de um acordo indenizatório negociado entre o Ministério da Integração Nacional e as famílias desapropriadas, e mediado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. No total foram reassentadas 227 famílias que, à época do recebimento da indenização optaram por permutar suas casas de morada por uma casa e um lote de trabalho numa das Vilas a serem construídas. Note-se que essas famílias correspondem à grande maioria das famílias desapropriadas, que antes das obras da transposição eram proprietárias de pequenas parcelas de terra ou moradoras com ou sem *chão de casa*.¹³ Ademais, a distribuição das famílias nas 4 Vilas (Irapuá 1 e 2, Quixeramobim e Cacaré) procurou atender aos critérios de lugar de origem, relações de parentesco e tamanho da área territorial de cada Vila. O número de famílias inicialmente reassentadas em cada Vila Produtiva Rural é a seguinte: Irapuá 1: 30; Irapuá 2; 20; Quixeramobim: 47; Cacaré: 130.

Na presente análise, o olhar da pesquisa recai no processo de reassentamento ocorrido na Vila Produtiva Rural Cacaré, embora possamos sugerir semelhanças entre o que vem ocorrendo ali e nas outras Vilas de São José de Piranhas.

A Vila Cacaré foi a que recebeu, o maior número de famílias desapropriadas. Trata-se de uma Vila que se caracteriza por ter sua área geográfica parcialmente sobreposta às terras dos Sítios onde morava parte significativa das famílias ali reassentadas, as quais inclusive, agruparam-se no interior da Vila em casas e ruas avizinhas com parentes e vizinhos dos Sítios de origem¹⁴.

Assim como as outras 17 Vilas Produtivas Rurais construídas pelo Ministério da Integração Nacional no bojo das obras da transposição, a Vila Cacaré resulta de um projeto governamental. Uma Vila que encerra um novo formato sócio territorial a que foram submetidas as famílias desapropriadas num clássico processo de desterritorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999). Nesse sentido, um processo de mudanças sócio territoriais instaurado a partir de ações estatais externas ao grupo – levantamento da área, demarcação, laudo expropriatório – e reelaborado pelas famílias no seu cotidiano, a partir do acionamento de conhecimentos e práticas tradicionais.

¹³No caso das famílias que tinham a propriedade legal de alguma área de terra ou tinham *chão de casa*, a opção pela permuta da casa é explicada pelo fato de entenderem que o valor da indenização pela terra e/ou pela casa não era suficiente para comprar uma outra terra e/ou pela casa num outro local; já para as famílias destituídas de terra e de *chão de casa*, a ida para as Vilas Produtivas rurais aparecia como a única opção.

¹⁴ Sobre esse processo de distribuição das famílias no interior da Vila Cacaré ver Nogueira, 2017.

Mediadas de perto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas e a partir de 2015 pela Associação dos futuros moradores da Vila Jurema (depois Cararé)¹⁵, as famílias resistem e ao mesmo tempo interagem no processo de desapropriação-reassentamento.

A configuração territorial da Vila Cacaré organiza-se em duas áreas distintas: a área residencial e as terras de trabalho. Na primeira, além do lote residencial assentado num terreno padrão medindo 50 metros de frente por 100 de fundos, há as áreas comuns onde se localizam a praça, o prédio da associação local e o posto de saúde ainda inativo, e onde a comunidade pode dar algum uso coletivo, como é o caso do terreno já marcado para a construção da capela do padroeiro da Vila, São Francisco de Assis. Há também as áreas de preservação ambiental, o local da estação de tratamento de água, as ruas de terra, e os lotes de reserva destinados (mas ainda não regulamentado) ao crescimento demográfico da população local. A área de trabalho é formada pelos terrenos de sequeiro (não irrigados), com medida de 6 hectares, e pelos terrenos irrigados (ainda sem irrigação porque as águas do rio São Francisco não chegaram ao município) de 1 hectare. Cada família reassentada na Vila tem direito a um lote residencial, um lote de sequeiro e um lote irrigado.

Agora a gente vive num condomínio com regras para tudo, explicou uma moradora da Vila numa alusão tanto à nova paisagem de traçados regulares com terrenos, ruas e casas alinhadas, como às regras de uso da terra e de convivência entre os moradores, que segundo ela não vivem mais num Sítio, mas em um *condomínio*. Não obstante, regras e formatos que vem sendo reelaborados no dia-a-dia dos seus moradores nesse novo lugar, delineando-se adaptações feitas ao novo lugar – a Vila Produtiva – construído e regado em dissonância com o que eram os Sítios em que moravam antes da desapropriação.

A modificação de alguns elementos arquitetônicos das casas é um exemplo concreto dessas reelaborações. Antes mesmo da finalização da construção das casas nas Vilas, momento em que os futuros moradores eram impedidos de adentrarem nos canteiros de obras¹⁶, as famílias já começaram a interagir nas obras. Um exemplo foi a demanda exitosa para a modificação da estrutura do telhado das casas, que no projeto

¹⁵ Inicialmente o nome da Vila, constante do projeto do governo, era Jurema; contudo, o mesmo foi modificado para Cacaré, depois de uma demanda dos seus futuros moradores, por entenderem que a área da Vila coincidia com um anterior Sítio que ali existia antes da desapropriação, o Sítio Cacaré.

¹⁶ Os futuros moradores tiveram conhecimento do projeto das casas por causas das várias reuniões de treinamento promovidas pelo Ministério da Integração Nacional a que foram obrigadas a participarem como condição necessária ao processo de reassentamento.

inicial eram de material metálico, mas acabaram ficando de madeira como eram as de suas casas nos Sítios.

Embora outras demandas feitas no período da construção das casas das Vilas não tenham tido o mesmo êxito, como foi o caso da substituição das portas e janelas de ferro e vidro pelas de madeira, e a ampliação da cozinha, podemos perceber que tais modificações vêm sendo realizadas paulatinamente pelos moradores após terem sido reassentadas, desvelando-se estratégias importantes de familiarização do grupo com a Vila. Nos dois primeiros anos de moradia na Vila Cacaré nota-se um padrão de reforma nas casas, assim como, as pequenas construções no lote residencial. As principais mudanças verificadas nas casas são a ampliação das cozinhas, ou mesmo na construção de uma segunda cozinha nos fundos da casa, a construção garagens, quartinhos de despejo e varandas ao redor casas. Com menor incidência, porque dispendioso, vimos a substituição das portas e janelas de ferro por congêneres de madeira. Em alguns lotes já se verifica, ainda, a edificação de novas casas e outros tipos de imóveis, como uma quadra de futebol *society*, uma quadra de forró. Até o momento foram construídas seis novas casas de moradia na Vila, sendo uma para um senhor viúvo que cedeu sua própria casa para um filho que se casou, e outras cinco para a constituição de um novo *chão de casa* para novos casais, filhos dos reassentados. Estratégias de reprodução familiar largamente observadas no campo nordestino, em que o padrão de moradia é costumeiramente organizado por famílias nucleares. (HEREDIA, 1979, GODOI, 1999, NOGUEIRA, 2010).

A meu ver, essas poucas, porém significativas mudanças arquitetônicas implementadas pelas famílias nas Vilas, desvelam-se tentativas de transformar *um vazio só* que encontraram, em algo mais familiar e semelhante ao Sítio e à vida de antes. Uma familiaridade que podemos aproximar da noção de Topofilia proposta pelo geógrafo indiano Yu-Fu Tuan, entendida como o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico (TUAN, 2012).

O uso da terra é outro elemento central para entendermos as reelaborações levadas a cabo pelas famílias. No primeiro ano as famílias puderam utilizar somente o lote residencial para plantio e criação de animais. Muito embora o lote de sequeiro já houvesse sido destinado às famílias, as mesmas não tinham ainda permissão para plantar por causa da necessária permissão ambiental que ainda não havia concedida pelo órgão federal responsável pelo Meio Ambiente (IBAMA). Nos lotes residenciais cultivaram milho, feijão, capim e alguma fava, como faziam antes nos Sítio. Ali também criavam

galinhas, porcos, caprinos e tinham algumas verduras e pés de frutas. No segundo ano de moradia na Vila algumas famílias (poucas) *botaram roça* no lote de sequeiro, onde cultivaram milho, feijão e capim, assim como utilizaram a palhada do milho para os animais pastarem.

Uma das regras “condominiais” prescritas nessas Vilas é a interdição da criação do gado solto, devendo estes serem criados dentro dos lotes residenciais ou nos lotes de sequeiro, ambos devidamente cercados. Ter gado no lote residencial é apenas uma modalidade em tempo parcial, pois o lote não tem tamanho suficiente para fornecer alimentação para o gado, ficando o mesmo lá apenas para comer a palhada do milho e do feijão depois de realizada a colheita, e um pouco de capim plantado em consórcio. A criação no lote de sequeiro é ainda incipiente, pois a maioria dos lotes ainda não dispõe de água para o gado¹⁷.

Diante dessas limitações legais e ambientais, outras estratégias vêm sendo utilizadas para a criação do gado, como a utilização de terras cercadas fora da Vila ou a soltura do gado nas “terras do governo”. A seguir trago duas situações interessantes para entendermos algumas dessas estratégias.

O gado do bingo

O casal Josefa e Raimundo, o filho Igor e Cícera, mãe de Raimundo, viviam no Sítio Cacaré, numa pequena área de terra de 1 tarefa (3.300 metros quadrados) de propriedade desta última. Josefa trabalhava em casa e na escola que ficava nas proximidades do Sítio. Raimundo trabalhava com roça, mas como sua área era pequena para lavoura, plantava em terras de outras pessoas e como pagamento entregava parte da produção (sistema de meação). Pelo exíguo tamanho da propriedade a família não possuía gado. Em 2011, em razão das obras de transposição, foram expropriados, tiveram sua pequena terra indenizada, optando por permutarem a casa do Sítio por outra na Vila Cacaré. No ano seguinte à mudança para o reassentamento ganharam um garrote no bingo realizado na festa de São Francisco, padroeiro da Vila. Raimundo trocou o garrote por uma garrotinha (vaca ainda nova) e a levou para ser criada no sítio do sogro, onde a vaca acabou tendo sua primeira cria. No final deste mesmo ano, na festa de Santa Luzia, padroeira do Sítio vizinho, Raimundo novamente ganhou a cartela do bingo e o prêmio

¹⁷ Ainda é pequena a presença de animais nos lotes de sequeiro uma vez que são áreas que não dispõem de água. Somente nos lotes em que os seus proprietários conseguiram fazer um barreirinho (pequeno açude) é possível manter algum animal

foi outro garrote, trocado novamente por outra garrota. Atualmente a família tem 2 vacas emprenhadas e 1 garrote. Esses animais são criados nas terras do sogro de Raimundo, distante alguns quilômetros da Vila, durante parte do ano, e na Vila Cacaré na outra parte¹⁸. Assim como acontece com outras famílias reassentadas, os animais são trazidos para a Vila Cacaré depois que o milho e o feijão são colhidos nos lotes residenciais, e a palhada e as ramas são utilizadas como pastagem. Raimundo, além de colocar os animais no seu próprio lote, já comprou¹⁹ o pasto de outros cinco lotes de famílias que não tem gado para o próximo ano. Afirma ainda que os seus animais não são criados soltos, nem na Vila nem em seus arredores, nas chamadas “terras do governo”, e salienta que isso além de ser proibido, é perigoso pois os animais soltos transitam pelas estradas provocando acidentes.

O gado na “terra do governo”

Diferente é a situação de outros moradores da Vila Cacaré, assim como de outros criadores de fora, que soltam animais nas “terras do Governo” que circundam o reassentamento na sua porção norte. Ao trafegarmos pela área descampada entre a Vila Cacaré e o grande açude da Boa Vista (local que futuramente ficará parcialmente submerso quando inundado pelas águas do rio São Francisco), é constante a presença de gado bovino e de vaqueiros.

Uma situação encontrada em campo foi a de Olavo, que tem seu lote residencial localizado num dos limites da Vila, vizinho à “terra do Governo”. Além da lavoura de milho, feijão e fava que cultiva no lote, possui duas vacas, um bezerro e duas éguas que são criados uma parte do ano nas terras do genro, e outra parte do lado de fora do seu lote, ou seja, nas “terras do Governo”. Para o cuidado desses animais, construiu, inclusive, um pequeno curral para os animais do lado de fora de seu lote, imediatamente colado à sua cerca.

À guisa de conclusão

¹⁸ No ano de 2017 Raimundo trouxe a vaca com cria para o seu lote residencial no mês de agosto e os animais ficaram ali até dezembro quando levados de volta para as terras do sogro. A vaca e sua cria se alimentaram tanto da palhada e do capim do terreno de Raimundo, como do pasto outros cinco terrenos “comprados” na vizinhança.

¹⁹ Segundo levantamento de campo feito no ano de 2018, o valor do lote para servir de pasto aos animais oscila entre 100 e 150 reais.

Ao analisar o processo de territorialização que vem sendo experimentado pelas famílias desapropriadas de São José de Piranhas, buscou-se compreender como essa população vêm reelaborando e modificando o “novo” lugar a que foram impelidas a morar e trabalhar por causa do projeto de transposição, as Vilas Produtivas Rurais, e construindo ali um novo território de reprodução social e de pertencimento. Práticas tradicionais de moradia, convivência e trabalho são acionadas para lidar com uma nova organização sócio territorial diversa da que vivenciavam nas terras desapropriadas. As reformas realizadas pelas famílias reassentadas nas casas da Vila, por exemplo, aparecem como tentativas de aproxima-las de um formato mais familiar à das casas nos Sítios de origem.

Irrompe uma nova paisagem nas áreas desapropriadas: as “terras do Governo”. Uma paisagem modificada pelas obras do projeto de transposição do rio São Francisco, que se caracteriza como um lugar árido, vazio e *de ninguém*; mas também como um lugar possível e passível à soltura do gado.

A criação do gado solto não era uma prática verificada no município antes da transposição, pelo menos depois da chegada do arame farpado na região, na segunda metade do século passado. Contudo, com o advento das “terras do governo” surge a prática da criação de gado solto, na modalidade de uso comum da terra, sem cercas demarcatórias, e sem a posse ou propriedade da terra, que é do Estado. Uma nova forma de criação de gado que articula suas próprias regras de convivência entre os criadores e entre esses, seus animais e o território físico, que ainda precisam ser analisadas para avançarmos nessa reflexão.

Referências

BERNO DE ALMEIDA, A. W.; SOUZA, R. M. (Org.) *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas- UEA, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/projeto-sao-francisco/vilas-produtivas-rurais>>.

Acesso em: 22 out. 2018.

CAMARGO, C. S. A água e seus fluxos: ação coletiva, conflitos territoriais e povos indígenas na transposição do rio São Francisco. 2017. *Tese* (Doutorado) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas.

CARVALHO, F. P. Fundo de pasto: territorialidade e uso comum. *Ruris*. v. 10, n. 2, p.47-73, set. 2016.

GARCIA JÚNIOR, A. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, E. P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

GONÇALVES, C. D.B. Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do rio São Francisco no município de São José de Piranhas, PB. 2014. *Dissertação (Mestrado)* – Universidade Estadual da Paraíba, PB

HEREDIA, B. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2010

LIMA, L. C. Além das águas, a discussão no nordeste do rio São Francisco. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 17, p. 94-100, 2005.

NASCIMENTO, G.A. Efeitos socioculturais da transposição do rio São Francisco em comunidades rurais: a experiência de São José de Piranhas no sertão paraibano. 2018. *Dissertação (Mestrado)* – Universidade Federal de João Pessoa, PB.

NOGUEIRA, V. S.. A nova vida nas Vilas Produtivas Rurais: reassentamento e novas territorialidades de famílias rurais desapropriadas pelo projeto de transposição do rio São Francisco, Brasil. In: Reunión de Antropología del Mercosul, XII, 2017, Posadas. Anais ...Posadas: Ana María Gorosito , 2018, v. 1.

_____. Do “Sítio” à Vila Produtiva Rural: os percursos de famílias rurais desapropriadas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Brasil. In: Reunião de Antropologia do Mercosul, XI, 2015, Montevideú. *Anais eletrônicos...*Montevideú: Universidad de la Republica. Disponível em <http://xiram.com.uy/actas-del-congreso/grupos-de-trabajo/ponencias-grupo-de-trabajo-82>. Acesso 05 nov. 2018.

_____. “Sair pelo mundo”. A conformação de uma territorialidade camponesa. 2010. *Tese (Doutorado)* – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas.

OLIVEIRA FILHO, J.P. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Oliveira Filho, João Pacheco (Org.) *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. São Paulo: Contracapa, 1999, p.11-38.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico. In Santos, L., Andrade, L., *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São. Paulo/CPI, 1988.

SILVA, A.C.A.B. A transposição das águas do rio São Francisco: interesses e conflitos. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11, 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. CD-ROM.

TEIXEIRA, J. L. Vivendo encangado: parentesco, mobilidade e proximidade entre os moradores do Sertão de Inhamus (CE). In 29 Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. *Anais da 29 RBA*. Brasília: Kiron, 2014, p. 1-20.

TUAN, Y-F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.